

AS "ELITES" EM PERSPECTIVA: OLHARES SOBRE O ESTADO-NOVISMO E A IGREJA CATÓLICA EM PERNAMBUCO.

John Lennon José Oliveira da Silva

Doutorando em Ciências da Religião na Universidade Católica de Pernambuco – UNICAP
Mestre em História pela Universidade Federal de Pernambuco – UFPE
Programa de Pós-Graduação em Ciências da Religião - PPGCR
E-mail: associacao-santuspetrus@hotmail.com

Resumo:

Mergulhados na situação social, política, econômica e religiosa do Brasil e a poucos dias do ciclo eleitoral, nossa pergunta é até onde estão enraizados em nosso passado republicano, os mecanismos institucionais que levaram a essa situação de impasse sobre o papel político das religiões. Mas, especificamente buscamos nos bastidores do Estado Novo e sua aliança com a Igreja Católica em Pernambuco e seu processo político-institucional entre os anos de 1937 e 1945, possíveis explicações. No período da Interventoria de Agamenon Magalhães, sua elite política, os relacionamentos políticos no aparato de Estado, se constituíram em alguns caminhos de discussão histórica, buscaremos com auxilio da historiografia das elites, revisitar o tema do Estado Novo, cada vez mais, discutido pelos historiadores brasileiros nas últimas décadas. Desta forma, o trabalho traça alguns dos desafios teóricos e metodológicos ao tema, demonstra os nuances do teatro de relações políticas e atuação destes grupos nos aparelhos de Estado.
Palavras-chave: Estado Novo, Elites, Agamenon Magalhães.

Introdução:

No período 1937 até 1945 a reordenação das forças políticas se consagrou em uma operação delicada, especificamente a nível regional. Getúlio Vargas implanta nesta época, uma lógica política de tratamento para com as oligarquias regionais fundamentada em uma clara troca de favores (WEFFORT, 1980, p. 99). Isso ficará explícito com a interventoria de Agamenon Magalhães em Pernambuco e seu relacionamento com a elite política católica que vai emergir por

aqueles anos, talvez aquela experiência republicana que mais teve simbiose com o Estado Novo. Entretanto, se fazem necessárias algumas questões tais como, quais foram os mecanismos institucionais que possibilitaram a essa situação de impasse sobre o papel político das religiões, em especial a Igreja Católica em meados do século XX.

Um passado que ainda não fora superado, recordemos que encerradas as eleições presidenciais de 2022, na qual tivemos a vitória de Luiz Inácio Lula da Silva (PT) já temos a presença confirmada do pastor e cantor gospel Kleber Lucas em show por ocasião de sua cerimônia de posse. Naquelas décadas de 30 e 40 teremos anos marcados pela perseguição aos grupos sociais e indivíduos que representavam ameaças ao poder instaurado a partir das elites políticas regionais agora submetidas a Getúlio Vargas, que usando o Estado fortaleciam estratégias de controle social contra seus opositores, e, passaram a estabelecer padrões de pensamento e comportamento por todo o país, exclusão e intolerância vão se tornar a tônica do estadonovista, em um período em que o comunismo se constitui o inimigo número um do regime (MONTENEGRO, 2010, p. 134).

O número de pesquisas acadêmicas, que têm a elite pernambucana neste período como objeto e recortes temporais que antecedem a eclosão desse processo no estado, ou, e se debruçam sobre a atuação de personagens como Agamenon Magalhães e seu circulo de correligionários tem crescido nas últimas décadas. Podemos destacar o livro Pernambuco de Agamenon Magalhães: consolidação e crise de uma elite política da historiadora e pesquisadora Dulce Chaves Pandolfi publicado em 1984. No trabalho ela discorre sobre a emergência e desagregação de uma poderosa elite política liderada por Agamenon Magalhães em Pernambuco entre os anos de 1937 a 1952.

Temos ainda o estudo de Maria das Graças Andrade Ataíde de Almeida: A construção da verdade autoritária: palavras e imagens da interventoria Agamenon Magalhães em Pernambuco (1937-1945) defendido no Departamento de História da USP como tese em 1995. Além do trabalho: O DOPS e o Estado Novo: os bastidores da repressão em Pernambuco (1935- 1945) da Professora e pesquisadora Marcília Gama sobre a atuação e criação do principal órgão de repressão em Pernambuco na história republicana, dissertação defendida em 1996 no Centro de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal de Pernambuco. Além do trabalho recente intitulado: Sonhos de Nabucodonosor: aspectos da propaganda do Estado Novo pernambucano defendido pelo historiador José Maria Gomes de Souza como tese de doutoramento no Centro de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal de Pernambuco em 2005. E sobre os acontecimentos que antecedem a consolidação das interventorias pelo Brasil, entre elas, a

experiência de Agamenon Magalhães em Pernambuco, temos o trabalho de Martinho Guedes dos Santos Neto chamado: Nos domínios da política estatal: o poder desterritorializado e as bases de sustentação política de Getúlio Vargas (1930-1934). Tese defendida na UFPE em 2014, bem como oito dissertações de Mestrado encontradas no catálogo de teses e dissertações da capes.

O trabalho com a memória e a identidade dos sujeitos históricos analisados é um importante instrumento na consolidação de uma cultura de valorização de nossa história. Um exemplo é o das palavras do líder comunista Gregório Bezerra, que foi preso e torturado nos dois períodos ditatoriais vividos pelo Brasil, ele lembra que na ditadura varguista (LIMA, 1986, p. 139-140):

> A maior parte do Exército, da Marinha e da Aeronáutica não se intrometia com os problemas políticos. Prender, torturar e matar era privilégio da Polícia Política. Agora, em 64, prender, torturar, matar, fazer desaparecer, foi privilégio do Exército, ou da Marinha, ou da Aeronáutica e da Polícia Federal, Militar ou Civil... No Estado Novo que mais sofreu foi a classe operária, porque naquele tempo bacharel era preso e não era torturado. Agora não... O sistema militar não respeitou nem crianças.

Contudo, muitos dos traços das relações políticas, discursivas, ideológicas e de repressão do núcleo de poder que controlou Pernambuco durante o Estado Novo continuam sem a ampliação do trabalho de pesquisa de historiadores, sociólogos e cientistas sociais e da religião. Esses objetos e recortes históricos podem auxiliados pela análise da formação das elites, sua atuação no interior do Estado através da organização seja de partidos, seja de grupos de poder, seja por meio de alianças tácitas com caráter estadista, patrimonialista ou simplesmente totalitário nos ajudar a compreender as marcas deixadas por este processo no campo do imaginário social, na vida estudantil, no campo das lutas sociais, na dinâmica política da sociedade ou em sua esfera religiosa.

Fontes documentais, acervos e trabalhos historiográficos:

No caminho de aproximação do pesquisador com os acontecimentos e impasses que se seguiram durante os anos de 1937 e 1945, no campo da atuação das elites no contexto político-social da interventoria de Agamenon Magalhães em Pernambuco. Para isso, documentos como os reunidos nos relatórios oficiais produzidos pela interventoria de Agamenon Magalhães, além do acervo do jornal Folha da Manhã e de cartas para Agamenon Magalhães que se encontram sob a

guarda do Arquivo Público Estadual de Pernambuco Jordão Emerenciano e relatos de época, alguns publicados in memoriam: Agamenon Magalhães, obra coordenada pela Secretaria do Interior e Justiça de Pernambuco publicada em 1952; Agamenon Magalhães: uma vocação pessoal publicado em 1973 por Nilo Pereira; China Gordo; Agamenon Magalhães e sua época publicado em 1976 por Andrade Lima Filho se constituem em valiosas oportunidades de aproximação "teórico-metodologico" (MONTENEGRO, 2010, p. 114).

Produções historiográficas produzidos nas últimas décadas que possuem o Estado Novo como objeto de pesquisa também são importantes instrumentos de contribuição, dentre os quais destacamos: Sérgio Miceli (1979) em Intelectuais e a classe dirigente no Brasil (1920-1945). A obra é fruto de tese de doutorado orientada por Bourdieu que analisa a atuação de intelectuais como Mário e Oswald de Andrade, Jorge Amado, Érico Veríssimo, sua autonomia, ou submissão às demandas das classes dirigentes no período, assim como a movimentação de radicalização no período que levou na outra ponta, intelectuais como Menotti Del Picchia, Cassiano Ricardo e Plínio Salgado à extrema-direita. O trabalho de Maria do Carmo Campello de Souza (1976) em Estado e partidos políticos no Brasil (1930-1964) onde ela se debruça sobre a formação do sistema partidário brasileiro de 1930 a 1964, quando foram implantadas as bases do bipartidarismo ampliando os estudos sobre o tema, nos trás uma nova questão: o Estado condiciona o sistema partidário?.

Além de Estado Novo: ideologia e poder organizado por Lúcia Lippi Olveira, Mônica Velloso e Ângela de Castro Gomes (1982) que reflete sobre a prática política do regime estadonovista, essa atuação pode ser entendida doutrinariamente, ou, não, já que a ação do Estado Novo apresenta contradições comuns a vida social. A obra: Repensando o Estado Novo organizada por Dulce Pandolfi (1999) é dividida em quatro partes e contém dezoito historiadores e historiadoras assumindo cada capítulo, entre eles Maria Helena Capelato, José Murilo de Carvalho, Ângela de Castro Gomes, Sérgio Miceli e Boris Fausto. O livro parte do legado institucional do Estado Novo e faz um apanhado sobre temas como sindicalismo, trabalho, previdência, indústria, bancos, seguros, intelectuais, cultura, educação durante o período estadonovista. Ângela de Castro Gomes (2005) em A Invenção do Trabalhismo na qual é apontado que o processo de construção da cidadania no Brasil, dos direitos sociais e a luta pela extensão da participação política envolve a formação da classe trabalhadora e de suas relações com o Estado, um debate a partir da experiência do trabalhismo. Luciano Aronne Abreu (2007) em sua obra: Um olhar regional sobre o Estado Novo. O autor demonstra que a autonomia da elite política gaúcha

era quase plena, antes do Estado Novo, as forças regionais davam as cartas, e, no Estado Novo, essas forças regionais se curvaram de forma total à onipotência do governo federal e a liderança de Vargas. Lucilia de Almeida Neves (2011) em PTB: do getulismo ao reformismo (1945-1964). A obra estuda a cultura e a identidade do trabalhismo no período, examinando as relações do PTB - Partido Trabalhista Brasileiro com o Estado, o movimento sindical, outros partidos políticos e expressivas organizações da sociedade civil.

Entre outras fontes documentais tais como os arquivos do governo do estado de Pernambuco, da Prefeitura Municipal de Recife, da Arquidiocese de Olinda e Recife, do Instituto Arqueológico, Histórico e Geográfico Pernambucano (IAHGP), da Academia Pernambucana *de* Letras (APL), Arquivos da Faculdade de Direito de Recife, arquivos do Diário de Pernambuco, Jornal do Commercio do Recife e outros em circulação no interior do estado, a exemplo, do Jornal Vanguarda e o jornal A Defesa. O arquivo do Tribunal Regional Eleitoral no Recife, Arquivo Público Estadual Jordão Emerenciano, a Fundação Joaquim Nabuco de Pesquisas Sociais, a Biblioteca Central Blanche Knopf da Fundação Joaquim Nabuco (FUNDAJ).

O debate teórico e as elites:

O termo "elite" se refere de forma geral, e um tanto impreciso àqueles indivíduos pertencentes aos grupos mais bem situados na estrutura social como um todo. Esse termo surgiu com as obras de Mosca e Pareto sobre as características de uma minoria que detinha o poder, sendo radicalizado com a noção de classe dominante pelo marxismo, adquirindo corpo com as proposições de Mills (1959) sobre os grupos no poder. Nos anos 1960, esse termo teve seu caráter monolítico contestado pelo aparecimento de novas pesquisas que defendiam a natureza pluralista das elites[1]. Posteriormente, irão surgir outras contribuições em um debate entre a História e as Ciências Sociais.

O historiador José Murilo de Carvalho, na introdução ao seu trabalho sobre a elite política imperial brasileira comenta: "Se é verdade que a historiografia tende a magnificar esse papel (das elites), seria ingênuo achar que se pode resolver o problema reformando a historiografia" (CARVALHO, 2003, p. 20). Sua afirmação se refere a uma certa resistência, ás vezes maior ou menor, aos estudos das elites políticas na historiografia nacional e nas Ciências Sociais no Brasil. Nas últimas décadas, estudos que creditam às elites o papel de atores políticos, em algumas perspectivas, de atores históricos fundamentais ao longo do século XX, ganharam certa

[1]Entre os que defenderam a natureza pluralista das elites estavam como Robert Dahl (1961) e Robert Putnam (1976).

notoriedade, trazendo consigo o aparecimento de várias abordagens e perspectivas críticas à esse tipo de narrativa histórica[2].

O rico debate teórico ocorrido entre as Ciências Sociais e a História,[3] a respeito de modelos de análise centrados nas elites, contribui, com o passar do tempo, para uma certa resistência a novos estudos sobre elites e ao diálogo com esse tipo de trabalho historiográfico. Para muitos historiadores, o recurso às elites, para investigar qualquer percurso temporal, é indício de que algo está errado no sentido da construção da análise. As críticas são diversas. De um lado, partem os apontamentos de que trabalhos fundados nessa lógica, fazem um recorte que desconsidera ou dá pouco peso à outra ponta da realidade social, e algumas especificidades, ou seja, à vida sociopolítica dos "de baixo", aos movimentos sociais, ao sindicalismo, qualquer que seja a experiência social fora do universo das elites. De outro lado, o argumento de que o estudo das elites é uma continuação da genealogia da Teoria das Elites, está fundada em pressupostos por vezes morais dos elitistas clássicos, a exemplo de PARETO, MOSCA e MICHELS.

Em face disso, os pesquisadores que tomam as elites como objeto são tachados em alguns casos de "elitistas" em um sentido pejorativo, como se tivessem uma inclinação para explicar a história, a política ou a sociedade sob uma única via pelos feitos dos grandes homens. Entretanto, críticas como essas são, em grande parcela dos casos, desprovidas de conteúdo sociológico, excluindo do debate questões metodológicas e outros problemas que devem ser discutidos de maneira conceitual e empírica.

Mas os estudos sobre elites têm tomado novos rumos desde os anos de 1970, por exemplo, quando houve uma considerável dinamização metodológica quanto ao aporte às elites no Brasil. Na década de 1980, o cientista político e historiador René Armand Dreifuss (1981) desenvolveu o conceito de "elite orgânica", que pode ser definido como o conjunto articulado de agentes político-ideológicos especializados no planejamento estratégico e na implementação da ação política de classe. A elite orgânica tem eficiência e dinâmica própria, ela representa um momento mais avançado numa consciência de classe capitalista, estabelecendo "a unicidade organizacional e política na diversidade ideológica classista interna, incorporada e interiorizada em seu programa de ação e em seu projeto de Estado" (DREIFUSS, 1987, p. 26.). Ela não é "onipotente", porque

[2] Historiadores como Mário Grynszpan e Noberto Bobbio trataram de aspectos da Teoria das Elites.

[3] Nas Ciências Sociais, por exemplo, os debates entre autores marxistas e elitistas e entre diversos tipos de modelos elitistas como o "elitismo monista" versus o "elitismo pluralista". Na História, sobretudo os debates em torno da Revolução Francesa alguns deles referidos em BOBBIO (2002) e HUNT (2007).

qualquer processo político-social é um processo de embate e luta, mas ela tem por condição almejar o poder, e antecipar os movimentos do adversário. É desse modo que Dreifuss considera como intelectuais orgânicos uma série de gerentes e tecnoempresários[4], vinculados, neste caso, a um projeto político de uma certa fração do capital, compondo uma camada mais ou menos coesa.

Nesse contexto, a coletânea organizada pelo Flávio Madureira Heinz publicada em 2006 sob o título de "Por outra história das elites", se constitui em uma significativa contribuição por realçar várias dimensões metodológicas dos estudos de elites. Pioneira nesse campo de conhecimento, já que no Brasil trabalhos em português detidos a análise das elites eram poucos. A obra contribui também para uma ampliação do registro historiográfico que não se furta em dialogar com as Ciências Sociais. Por isso, me detenho durante a presente discussão sobre as muitas contribuições da obra para o trato com o tema das elites.

O livro disponibiliza um conjunto de possibilidades analíticas oriundas da aplicação da metodologia das biografias coletivas a grupos de elites. É composto por duas partes: uma primeira, com três capítulos, dedicada ao balanço dos estudos historiográficos de elites e aos seus aspectos metodológicos, e uma segunda parte, composta por seis estudos monográficos sobre diversos grupos de elites de diferentes locais e em diversos momentos históricos. Antes dessas duas partes há uma introdução geral do organizador que destaca o objetivo central do livro: retirar a carga moral ou normativa típica do termo "elite", procurando atribuir-lhe um significado mais sociológico, de modo a enfatizar as vantagens decorrentes de um conceito desprovido de quaisquer que sejam as variações normativas: "as elites são definidas pela detenção de um certo poder ou então como produto de uma seleção social ou intelectual, e o estudo das elites seria um meio para determinar "quais os espaços e mecanismos do poder nos diferentes tipos de sociedade ou os princípios empregados para o acesso às posições dominantes" (HEINZ, 2006, p. 8). Essa perspectiva, somada ao recurso metodológico das biografias coletivas, que se define nas palavras de Flávio Heinz (2006, p. 9):

> A prosopográfia, ou método das biografias coletivas, pode ser considerada um método que utiliza um enfoque de tipo sociológico em pesquisa histórica, buscando revelar as características comuns (permanentes ou transitórias) de um determinado grupo social em dado período histórico.

[4] Dreifuss se utiliza do termo "tecno-empresário", mas não no sentido laudatório, típico da ideologia de legitimação da própria ditadura e também do neoliberalismo, que pressupõe que os aspectos "técnicos" desses agentes são "neutros" politicamente. Pelo contrário, o autor demonstra que esses "tecnoempresários" tinham posição política de classe muito bem definida.

Essa perspectiva possibilitaria, segundo o autor citado anteriormente, realizar "uma análise mais 'fina' dos atores situados no topo da hierarquia social, a complexidade de suas relações e de seus laços objetivos com o conjunto ou com setores da sociedade". Assim, os "historiadores fazem sociologia no passado" (HEINZ, 2006, p. 8). Portanto, ao retirar a carga normativa presente no termo "elite" e ao somar a metodologia das biografias coletivas, o estudo das elites pode oferecer um ponto de partida muito profícuo para a pesquisa histórica.

A perspectiva de estudos de elites deve ser dotada de rigor científico e abertura para vários tipos de investigações. Deve se ressaltar, que uma definição genérica de elite conforme fizemos referência no início dessa discussão e durante o texto é o que lhe confere utilidade, no sentido de aberta para o estudo de diversos tipos de elites, sejam sociais, políticas, intelectuais, culturais, ou sindicais. Se empregada mediante critérios objetivos, levando em consideração recortes temporais bem definidos, acaba consequentemente legando consistência empírica à análise.

Essa abordagem permite um tratamento sociológico das elites, e de suas características sociais e políticas de sua constituição, e por que não pensar em sua legitimidade. Essa abordagem sem perder de vista o contexto sócio-histórico, afastando a visão elitista que entroniza o papel das elites como ator histórico primordial lembra estudos já desenvolvidos por José Murilo de Carvalho (1980) em A construção da Ordem, Sérgio Miceli (1979, 2001) em Intelectuais e classe dirigente no Brasil, ou Intelectuais à brasileira, Fritz Ringer (2000), em O declínio dos mandarins alemães, Ângela Alonso (2002), em Ideias em movimento: a geração 1870 na crise do Brasil-Império, Alberto Grijó (1998) em Origens sociais, estratégias de ascensão e recursos dos componentes da chamada "geração de 1907"; Daniel Pécault (1990), em Os intelectuais e a política no Brasil e trabalhos recentes como o de Flávia Mateus Rios (2014), em Elite política negra no Brasil: relação entre movimento social, partidos políticos e Estado.

A elaboração e o aprimoramento da metodologia das biografias coletivas ou prosopografia, fez com que a abordagem se tornasse mais sistemática e padronizada entre historiadores. Como demonstra a definição de Christophe Charle (2006, p. 41):

> Seu princípio consiste em definir uma população a partir de um ou vários critérios e estabelecer, a partir dela, um questionário biográfico cujos diferentes critérios e variáveis servirão à descrição de sua dinâmica social, privada, pública, ou mesmo cultural, ideológica ou política, segundo a população e o questionário em análise.

Na obra organizada por Flávio Heinz, podemos conhecer algumas argumentações em favor das prosopografias comparadas. Durante o livro, os diversos autores vão procurando testar modelos de análises feitas em lugares distintos e permitindo que se inicie alguma generalização em torno das questões observadas sobre as elites de diversos locais. Pesquisas empíricas que colocam em prática essa metodologia são os objetos de análise nos capítulos da segunda parte do livro "Ensaios prosopográficos".

Começando pelo artigo de Joseph Love e Bert Barickman, intitulado de "Elites regionais", no texto são reunidos três trabalhos sobre as elites políticas regionais dos estados de São Paulo, Minas Gerais e Pernambuco no período de 1889 a 1937. Que fazem um esforço de incorporar novas questões metodológicas aos dados coletados nos fins da década de 1960 e começo da de 1970, surge o exercício de comparação entre as elites políticas dos três estados. Além da análise conjuntural dos três grupos que os autores denominam de "elite ampliada".

Neste capítulo, LOVE e BARICKMAN também argumentam em favor da tese da homologia das elites políticas e da classe economicamente dominante. Eles sustentam que a maioria da elite política brasileira era recrutada entre famílias proprietárias ou mantinham com elas fortes laços sociais expressos em vínculos familiares, por exemplo. Sua argumentação traz implicações teóricas dadas ás proporções desse processo merecendo uma abordagem ampla e menos sintética.

O capítulo de Heinz se destina a analisar outro tipo de elite: os dirigentes sindicais da Confederação Rural Brasileira e da Sociedade Rural Brasileira entre 1930 e 1960. É um capítulo que lança luz sobre as identidades profissionais, vínculos regionais e os laços sociais entre os que compunham essas entidades, além das conexões das entidades para com a representação política e interesses privados.

As elites locais também voltam à discussão no trabalho de Marcela P. Ferrari, que produz um perfil das elites políticas da província de Córdoba durante o período de 1916-1930. Ela traça um perfil educacional, profissional e de trajetória política desse grupo, a autora demonstra que, por mais que o recrutamento abrace determinados "nichos" da sociedade, isso não é o suficiente para se entender o surgimento desses atores no universo político-institucional da época. A autora se utiliza de outros tipos de problematização que ajudam a entender esse processo, tais como: a inserção política prévia, a militância partidária e a influência regional. Fatores que se constituem em momentos importantes para o acesso e trafegabilidade em meio às instituições políticas mais disputadas.

O trabalho seguinte é o estudo de Paul-André Linteau, na mesma obra analisa uma elite local, discutindo a representação política em Montreal. O autor destaca a confluência dos fatores que levaram a graduais mudanças no perfil dos políticos dessa cidade, analisando as variáveis étnicas e linguísticas, ao lado de transformações ocorridas com o advento da industrialização e da formação do sindicalismo operário.

Por fim, o capítulo que fecha a coletânea é uma análise dos redatores-chefes de jornais de Quebeq entre 1850 e 1920. Fernande Roy e Jocelyn Saint-Pierre, demonstram como as mudanças ocorridas no interior dos organismos de imprensa. Na intenção de retirar o caráter político dos órgãos de imprensa, transformando-os em produtores de notícias para a sociedade como um todo, acabou sendo responsável pela profissionalização das redações, as quais passaram a ser ocupadas não por seus proprietários, mas por jornalistas com experiência.

Pode-se dizer, que um dos pontos mais interessantes do livro "Por outra história das elites" é associar de uma forma muito sugestiva e didática, uma conceituação mais ou menos ampla ou "aberta" de elite, assim como a metodologia das biografias coletivas. Entretanto, é necessário que tal associação, seja orientada por um caminho de proposições que auxiliem a pesquisa histórica sobre as elites. Neste aspecto, adquire especial importância no contexto acadêmico brasileiro alguns fatores: abundância de materiais de pesquisa sobre as elites políticas, econômicas ou intelectuais, número razoável de estudos sobre as mesmas elites nacionais e regionais, e um maior rigor no debate sobre os resultados e os limites deste tipo de estudo para as Ciências Sociais e a História.

Como podemos observar esses autores chamam a atenção para a produção de análises sobre elites políticas, culturais e intelectuais circunscrevendo o estudo das elites em períodos históricos específicos. Sendo assim, o aporte da História é essencial para a compreensão da relação de certa esfera, seja a política, a cultural ou a intelectual, com os movimentos sociais em contextos periféricos, os quais não podem ser apreendidos apenas pelos esquemas conceituais utilizados em sociedades centrais. Além disso, a pesquisa histórica orientada pela metodologia das biografias e dos trajetos sociais, associada à produção intelectual e política dos agentes, como mencionamos durante nossa discussão, traz novas contribuições para a apreensão da realidade histórica e social em sua complexidade.

Considerações finais:

Nosso trabalho tem avançado com achados importantes no pós-pandemia e tem se demonstrado eficaz para com o exercício de leitura ampla do período estudado, além do

levantamento de informações importantes sobre atores políticos da época, alguns nomeadamente integrantes do círculo de influência política e administrativa da interventoria de Agamenon Sérgio de Godoy Magalhães, que em 3 de Dezembro de 1937 é nomeado oficialmente interventor estadual. Já podemos encontrar em seu discurso de posse, pronunciado na sacada do palácio do governo, o uso da expressão: "Vim para criar a emoção do Estado Novo". É nos primeiros meses de governo como interventor que ele procura acercar-se de um grupo seleto de indivíduos leais, entre os quais encontramos em nossa pesquisa Etelvino Lins de Albuquerque[5], Fábio Correia de Oliveira Andrade[6], Antônio de Novais Mello Avelins Filho[7], Nilo de Oliveira Pereira[8] Jarbas Maranhão[9], Gercino Malagueta de Pontes[10] e outros, muitos dos quais eram ex-colegas da Faculdade de Direito de Recife, ou seus ex-alunos na mesma instituição, em sua maioria católicos devotos.

Sua interventoria é marcada por um clima de insegurança, terror e violência, já quando assume, embora afirme na época a jornais que a situação do estado era tranquila, pouco depois telegrafou sigilosamente a Vargas para informar a existência de 269 presos políticos considerados "comunistas". Fato, que o ajudara a receber 40% dos cinco mil contos de linha especial de crédito aberta pelo governo federal para a repressão ao comunismo em todos os estados brasileiros, deflagrando um cerrado combate à oposição, inclusive às antigas forças situacionistas em Pernambuco, marginalizadas de todos os centros de poder, essas informações nos chamaram a atenção através de arquivos digitalizados que tivemos contato através de sítios virtuais.

Entre as práticas que usou, Agamenon Magalhães fez diversas exonerações na maquina de estado, bem como usou de aposentadorias forçadas como instrumento de punição e em armas de combate contra aqueles que representavam a "anarquia" e a "imoralidade" no estado, fazia nomeações de funcionários comprometidos com o regime recém-implantado. Deu impulso a atuação policial no estado contra opositores e dos chefes políticos, perseguindo, inclusive, a comunidade alemã que vivia no estado, assim como uso da força das palavras e das imagens para a operacionalização de um clima de "paz" e "tranquilidade" no Estado

[5] Promotor público em Goiana e Caruaru (1931-1933), Nomeado para a 2° Delegacia do Recife em 1933, Secretário Estadual de Governo (1937) e Secretário de Segurança Pública de Pernambuco (1937-1945), sucedeu Agamenon em 1945 como interventor federal.
[6] Delegado de Polícia da cidade do Recife e substituto do Secretario da Segurança Pública do Estado de Pernambuco por várias ocasiões (1939-1945), chefiou o DOPS em 1945.
[7] Nomeado prefeito do Recife nos anos de 1937 a 1945 por Agamenon Magalhães.
[8] Foi redator-chefe da Folha da Manhã, deputado estadual e secretário de governo.
[9] Presidente do Diretório Acadêmico da Faculdade de Direito do Recife, Oficial de Gabinete de Agamenon Magalhães, deputado federal, senador e conselheiro do Tribunal de Contas do estado.
[10] Foi secretário de Viação e Obras Públicas de Pernambuco na interventoria de Agamenon Magalhães (1937-1945), seu pai João Guilherme de Pontes foi prefeito nomeado de Caruaru no período em duas ocasiões.

como discorre a historiadora Maria das Graças Andrade Ataíde de Almeida intitulado em sua tese: A construção da verdade autoritária: palavras e imagens da interventoria Agamenon Magalhães em Pernambuco (1937-1945).

Agamenon Magalhães declarou em reportagem concedida ao Jornal Folha da Manhã e à Rádio Clube de Pernambuco na época:

> Uma das preocupações de meu governo foi dar a polícia uma organização technica, que correspondesse às exigências da ordem social. Substitui-se o velho aparelho repressivo, inadequado, sem efficiencia, nem mais finalidade, por uma orientação inteiramente nova. Adaptamos como base da reforma, os meios preventivos, executando-se uma serie de medidas cujos resultados foram imediatos(...). Completando essas providências, a propaganda pela imprensa e pelo radio dos princípios de renovação e saude moral, consagrados pelo novo regime, operou rapidamente a mudança de ambiente, que se tornou propicio as boas maneiras e as boas acções[11].

No período, vários intelectuais pernambucanos, entre eles, pudemos levantar nomes como Manuel Bandeira, Joaquim Cardoso, Gilberto Freire e Anibal Fernandes, que sofreram censura e perseguição da Secretaria de Segurança Pública comandada por Etelvino Lins que se localizava na Rua da Aurora, no centro de Recife. Gilberto Freire foi perseguido especialmente após a publicação de Casa Grande e Senzala em 1930. O prédio acabou sendo apelidada de "a Sorbonne da Rua da Aurora" por Anibal Fernandes, um espaço constantemente ocupado por políticos e intelectuais convocados para prestar depoimento e esclarecimento.

No período teremos a forte atuação do jornal Folha da Manhã[12] fundado em 1938 cujo redator-chefe foi Nilo Pereira, saía em duas edições diárias e tinha uma coluna permanente intitulada "Agamenon Magalhães escreve". O jornal do interventor pernambucano, e, afirmamos isso, porque seu caráter "doutrinador" não era mascarado o próprio Agamenon afirmava: "Doutrino todos os dias pela imprensa e pelo rádio, na propaganda do Estado Novo e das questões que interessam à economia do Estado" (PANDOLFI, 2015, p. 45). O jornal possuía ainda uma seção diária dedicada a Igreja Católica intitulada "Religiosas". Nessa seção, se comemoravam o dia dos santos católicos e divulgavam-se as atividades promovidas pela Igreja no estado. Também

[11] MAGALHÃES, Agamenon. Folha da Manhã, Recife, 11 dez. 1938. p. 1-2. Edição Matutina.
[12] Essa documentação se encontra sob a guarda do Arquivo Público Estadual de Pernambuco Jordão Emerenciano.

eram realizadas reflexões acerca das "escrituras sagradas" e os evangelhos eram citados e comentados, o jornal desempenhava também um papel catequético reflexo da ligação político-ideológica do projeto estadonovista com setores da Igreja Católica. Neste período assistimos por todo o país uma relação de muita proximidade entre o regime ditatorial varguista e a Igreja Católica, de forma que setores da Igreja Católica passaram a colaborar com a manutenção do Estado Novo. Nas palavras de (LENHARO, 1986) o próprio perfil adotado por Getúlio Vargas não era apenas de grande orador, mas também, um líder espiritual, um "domador de almas".

A interventoria buscou ter controle sobre o setor de segurança pública estadual ampliando a atuação da Delegacia de Ordem Política e Social (DOPS) que fora criada em dezembro de 1935, pela Lei nº 71, com a função de proceder a inquéritos sobre crime de ordem política e social, além de desenvolver medidas de política preventiva e controlar os serviços cujos fins estivessem em conexão com a ordem política e social (GAMA, 1997, p. 77). O caráter preventivo, ostensivo e repressivo de sua atuação possibilitava o uso de todas as formas de coerção e correção disciplinar do indivíduo. Ao adquirir status de Secretaria no período, é conferida uma hierarquia privilegiada ao aparato policial. O Diário do Estado, órgão de imprensa oficial, justifica a criação da Secretaria, bem como a hierarquia da época:

> Tudo indicava a necessidade de uma subordinação direta de todos os serviços ao Secretário de Segurança, ao mesmo tempo que se mostrava necessária a criação duma delegacia a que ficasse afetas a prevenção e a repressão aos crimes contra a propriedade na capital.(...) Fixou esse Decreto o regime hierárquico conveniente, com a subordinação de todos os órgãos policiais ao Secretário, estabelecendo ainda normas de colaboração entre as autoridades, atribuições dos novos delegados e ordem jurisdicional apropriada ao bom desempenho dos serviços[13].

Nossa pesquisa vai aprofundar ainda mais sua investigação sobre a utilização política da Delegacia de Ordem Política e Social no período 1937 a 1945, mas já podemos constatar que enquanto aparato repressivo do Estado, ela se constituiu para a administração policial da interventoria de Agamenon Magalhães peça chave para dispor e garantir a paz e harmonia e combater a chamado de "Desordem Social":

[13] As Realizações do Estado Novo em Pernambuco: Exposição dos trabalhos da Secretaria de Segurança Pública. Diário do Estado, Recife, 10 nov.1938. p. 18. Edição Especial.

As diligências realizadas pela Delegacia de Ordem Política e Social que é, hoje, uma das mais bem organizadas e aparelhadas do País, e que vem prestando ao regime os melhores serviços, e o ambiente tranquilo de Pernambuco, onde reina a mais completa ordem, jamais presenciada nesses últimos anos, são dados, enfim, que mostram não vir a atual administração policial faltando ao programa que de início se traçou[14].

É preciso dizer que o problema de pesquisa, em especial a pergunta como estava a Igreja Católica e o poder político surgiu em minhas investigações sobre a Arquidiocese de Olinda e Recife durante o contexto social e ideológico dos anos 40. Podemos destacar que a simbiose republicana entre o Estado e Igreja, se desenvolveu de maneira excepcional na figura de Agamenon Magalhães como interventor estadual e sua estrita ligação com a Igreja Católica, especialmente através da participação de membros da Congregação Mariana do Colégio Nóbrega na administração estadual, além disso, o principal ponto de investigação, o arcebispado de Dom Miguel de Lima Valverde[15] e sua relação com a elite política católica no período do Estado Novo.

Dom Miguel governou a Arquidiocese de Olinda e Recife entre 1922 a 1951, além de ter mantido um profundo relacionamento com a sociedade pernambucana, figuras como Gilberto Freyre e Mário Melo tinham forte admiração pelo arcebispo. Segundo o historiador Severino Vicente da Silva (2003, p.109):

> O período de atuação de Dom Miguel foi um dos mais conturbados na história política pernambucana e brasileira, o que gerou oportunidades para que houvesse, por parte do Arcebispo, diversas manifestações de caráter político. Presenciou os movimentos que antecederam a Revolução de 1930, a Intentona Comunista, o estabelecimento do Estado Novo, a participação do Brasil na Guerra de 1939-1945, a reorganização democrática após a deposição de Getúlio Vargas. Seus pronunciamentos foram sempre no diapasão da ordem e da defesa das instituições, evitando qualquer palavra de apoio a movimentos que contestassem o status quo. Sempre reconheceu as mudanças após elas estarem estabelecidas.

[14] MAGALHÃES, Agamenon. RELATÓRIO apresentado ao Exmo. Sr. Presidente da República em virtude do art. 46 do Decreto Lei Federal nº 1202. Recife: Imprensa Oficial, 1940. p. 137.

[15] Arcebispo de Olinda e Recife entre 1922 e 1951, ligado pessoalmente a Agamenon, indicou confessor, inclusive celebrou as bodas de prata de seu matrimonio com a sra. Antonieta em 1944.

Referências bibliográficas:

CARVALHO, José Murilo. **A construção da ordem.** A elite política imperial. Rio de Janeiro: Campus, 2003.

BOURDIEU, Pierre. **O poder simbólico**. Tradução de Fernando Tomaz. Rio de Janeiro: Ed. Bertrand, 1989.

CHARLE, Christophe. Como anda a história social das elites e a burguesia? In: HEINZ, Flávio (Org.). **Por outra história das elites**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006.

DREIFUSS, René Armand. **1964 – a conquista do Estado.** Ação política, poder e golpe de classe. Petrópolis, RJ: Vozes, 1981.

DREIFUSS, René Armand. **A Internacional Capitalista.** Estratégias e táticas do empresariado transnacional, 1918-1986. Rio de Janeiro: Espaço e Tempo, 1987.

HENZ, Flávio. O historiador e as elites – à guisa de introdução. In: HEINZ, Flávio (Org.). **Por outra história das elites**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006.

LENHARO, Alcir. **Sacralização da política**. 2. ed. Campinas: Papiros, 1986.

LIMA, Valentina Rocha (coord**.). Getúlio: uma história oral**. Rio de Janeiro, Record, 1986.

MONTENEGRO Antonio Torres. **História, metodologia, memória**. São Paulo: Ed. Contexto, 2010.

SILVA, Marcilia Gama. **O acervo do DOPS:** da administração à história. Revista do Arquivo Público, Recife, v. 42, n.47, p. 77-88, dez. 1997

SILVA, Severino Vicente da. **Entre o Tibre e o Capibaribe**: os limites do progressismo católico na Arquidiocese de Olinda e Recife. 2003. Tese (Doutorado). Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2003.

WEFFORT, Francisco Corrêa. **O populismo na política brasileira**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1980.